

Lei orçamentária: partidos resistem a projeto do Executivo que aumenta despesas.

JORNAL DA TARDE

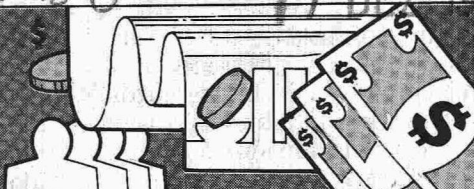
17 DEZ 1991

O secretário nacional de Planejamento, Pedro Parente, enfrentou ontem a resistência dos políticos e não conseguiu que a Comissão Mista do Orçamento, da Câmara dos Deputados, aprovasse projeto de lei que autoriza os chefes do Executivo, Legislativo e Judiciário a realizarem despesas acima do teto definido pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano. Os representantes do PT, Eduardo Jorge (SP); do PDT, Sérgio Gaudenzi (BA); e do PSDB, Paulo Artung (ES) se recusaram a votar o projeto alegando que somente adotariam uma posição após reunião com suas bancadas. Sem esta autorização, tornam-se ilegais todas as despesas que extrapolarem o limite de gasto previsto na LDO, correspondente a 90% do Orçamento de 1990, corrigido monetariamente.

Dia tenso

Ontem foi um dia tenso na comissão de orçamento. O secretário Pedro Parente participou de duas reuniões para convencer os parlamentares de que a escassez de recursos exige maior liberdade do Executivo para remanejar verbas, principalmente para cobrir as despesas com pessoal (ver tabela). No início da noite, depois de exibir um estouro de Cr\$ 1 trilhão na folha de pessoal, Pedro Parente obteve uma vitória parcial e um problema sério para enfrentar nos próximos dias: a comissão permitiu o remanejamento de só 10% dos Cr\$ 7,3 trilhões previs-

Projecção de gastos com pessoal
(em Cr\$ milhões)



Órgão	Projecção do Min. da Economia	Pedidos dos órgãos
Poder Legislativo	261.011	271.731
Câmara dos Deputados	115.041	118.584
Senado Federal	98.227	98.477
Tribunal de Contas da União	47.743	54.670
Poder Judiciário	500.464	696.497
Supremo Tribunal Federal	9.602	9.603
Superior Tribunal de Justiça	22.828	22.828
Justiça Federal	77.241	103.937
Justiça Militar	17.083	25.098
Justiça Eleitoral	63.105	69.383
Justiça do Trabalho	288.975	429.436
Justiça do Distrito Federal e Territórios	21.630	36.212
Poder Executivo	6.322.962	7.059.793
Presidência da República	145.685	182.421
Ministério da Aeronáutica	223.960	238.953
Min. da Agricultura e Reforma Agrária	201.854	237.123
Ministério da Ação Social	84.321	84.321
Min. da Economia, Fazenda e Planejamento	356.758	426.198
Ministério da Educação	783.775	959.000
Ministério do Exército	379.840	404.027
Ministério da Infra-Estrutura	187.762	242.049
Ministério da Justiça	116.584	135.644
Ministério da Marinha	249.584	249.584
Ministério Público da União	34.663	46.256
Ministério das Relações Exteriores	47.011	49.445
Ministério da Saúde	793.501	903.240
Ministério Trabalho e Previdência Social	539.233	579.999
Encargos Previdenciários da União	1.787.854	1.787.854
Transferências a Estados e Municípios	149.750	188.740
Transferências ao Governo do Dis. Fed.	212.657	316.220
Entidades em extinção, dissolução ou privatização	28.170	28.719
Despesas a classificar	49.928	—
TOTAL	7.134.365	8.028.021

tos para cobertura da folha de pessoal. Ou seja, ficarão faltando cerca de Cr\$ 300 bilhões.

“Os recursos acabarão contemplando os órgãos que têm maior poder de pressão”, comentava um representante da

oposição. A saída para o impasse será resolvido com a criação de uma comissão de técnicos do Ministério da Economia e da Secretaria de Administração Federal (SAF), que irá detalhar de que forma os funcionários re-

ceberão a diferença salarial. “A lei orçamentária não nos obriga pagar ganhos salariais de exercícios anteriores”, comentou um técnico do Departamento de orçamento, avaliando que “vai haver uma enorme pressão” dos órgãos para garantir o pagamento integral de seus funcionários. Estarão disputando cada cruzeiro, principalmente, os órgãos que têm sentença judicial obrigando o pagamento da URP, a variação da inflação que foi proibida de repassar para os salários no Plano Bresser, bem como ganhos salariais exorbitantes. “O nosso parâmetro é o aumento dos funcionários públicos. Ganhos acima deste patamar não nos responsabilizamos”, insistiam os técnicos do Ministério da Economia.

Estouro nos gastos

O encaminhamento destas propostas à comissão de orçamento foi interpretada pelos parlamentares como uma “confissão” do governo de que houve um estouro nos gastos. A solução intermediária obtida ontem pelo secretário de Planejamento não resolverá o problema, se os políticos não ampliarem os tetos da LDO. O próprio secretário avisou os parlamentares que se o fim do limite não for aprovado, o governo recorrerá ao Supremo Tribunal Federal (STF), para comprovar que para o Executivo, no momento da realização da despesas, o teto a ser observado é o definido na Lei do Orçamento e não na LDO.